



PARLAMENTO EUROPEU

2009 - 2014

Comissão dos Assuntos Externos

6.1.2010

COMUNICAÇÃO AOS MEMBROS

Assunto: Audição do Sr. Štefan FÜLE, Comissário indigitado para o Alargamento e a Política de Vizinhança

Submetem-se à atenção dos Senhores Deputados, em anexo, as respostas apresentadas por escrito que nos foram enviadas pelo Sr. Štefan FÜLE.

O Secretariado

RESPOSTAS DO COMISSÁRIO INDIGITADO

Štefan FÜLE

(Alargamento e Política de Vizinhança)

AO QUESTIONÁRIO DO PARLAMENTO EUROPEU

Competência geral, empenho europeu e independência pessoal

- 1. Quais são os aspectos das suas qualificações e experiência pessoais que considera particularmente relevantes para vir a ser Comissário e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? Quais são as suas motivações? Que garantias de independência pode dar ao Parlamento Europeu e como tenciona assegurar que nenhuma das suas actividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?**

A minha carreira profissional e a minha formação académica caracterizam-se pela importância atribuída às questões ligadas à segurança e, neste contexto, mais especificamente à diplomacia multilateral.

Trago comigo a experiência de um alto funcionário e de um político de um país que aderiu à UE e à NATO durante a última década (e que está a desempenhar um papel activo nestas organizações). Esta experiência permite-me ter uma boa percepção dos desafios e limitações do processo de adesão, bem como uma profunda compreensão das expectativas dos países que aspiram aderir à UE.

Tenho também experiência prática de supervisão das operações de manutenção da paz e de resolução de conflitos, como no caso do Kosovo. Participei igualmente na reforma dos sectores da segurança e da defesa na República Checa.

Na qualidade de Representante Permanente da República Checa junto da NATO e de Primeiro Vice-Ministro da Defesa, contribuí activamente para reforçar o pilar europeu da defesa no âmbito da NATO. No exercício destas funções, já trabalhei com algumas das regiões pelas quais serei responsável, nomeadamente os Balcãs Ocidentais e a Europa Oriental.

O meu empenhamento no projecto europeu e a minha capacidade para conduzir negociações complexas são bem demonstrados através das funções que exerci recentemente como Ministro dos Assuntos Europeus do meu país. O que me motiva é o desejo de continuar a desempenhar um papel activo no nosso projecto comum de construir uma Europa unida, livre e próspera, assente em valores democráticos comuns.

A minha carreira tem-se desenrolado exclusivamente no sector público, ao serviço do meu país e da comunidade internacional. Nessa qualidade, considero que a minha vida pessoal e profissional passada e presente me permitiu adquirir as qualificações, os valores e a capacidade necessários para desempenhar as minhas funções na Comissão, em defesa dos interesses dos cidadãos e das instituições que vou servir. Comprometo-me a respeitar integralmente os mais elevados padrões éticos de independência e integridade, em plena conformidade com os Tratados e o Código de Conduta para os Comissários.

Gestão do pelouro e cooperação com o Parlamento Europeu e as suas comissões

2. De que modo avaliaria o seu papel, enquanto membro do Colégio de Comissários? Em que sentido se consideraria responsável e obrigado a prestar contas, perante o Parlamento, por acções suas ou dos seus serviços?

Na qualidade de membro do Colégio, atribuo a maior importância à minha responsabilidade colegial. Tenciono contribuir activamente para o debate sobre todas as questões constantes da agenda da Comissão e irei formar o meu Gabinete tendo presente este sentido de responsabilidade colegial. Um domínio com valor acrescentado que espero introduzir nos debates do Colégio é a compreensão das implicações para os nossos países parceiros das questões que figuram na agenda da Comissão. Desejo igualmente estabelecer relações sólidas com os meus colegas Comissários, de modo a que estes possam dar a sua contribuição para os aspectos multifacetados tanto do Alargamento como da Política de Vizinhança.

Considero fundamental assegurar uma coordenação sem falhas com a Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança / Vice-Presidente da Comissão Europeia e os outros Comissários, com o objectivo comum de reforçar o papel da UE como protagonista mundial, exprimindo-se de forma coerente e a uma só voz.

Dado o meu envolvimento pessoal no processo de ratificação do Tratado de Lisboa, terei particular interesse em colaborar com os meus colegas Comissários na aplicação deste Tratado, de modo a explorar ao máximo as oportunidades por ele oferecidas para intensificar os nossos esforços de integração europeia.

No que diz respeito à prestação de contas e assunção de responsabilidades em relação ao Parlamento, considero-me politicamente responsável pelas actividades dos meus serviços, sem prejuízo do princípio da colegialidade. É um elemento essencial da minha abordagem assegurar que a informação passe nos dois sentidos e que seja informado a tempo de todas as evoluções relevantes. Uma parte importante das minhas funções consistirá em dar orientações políticas claras à minha equipa.

Estou empenhado em manter um diálogo político construtivo com o Parlamento Europeu e as suas comissões, guiado por um espírito de abertura, transparência, confiança mútua e uma comunicação e intercâmbio de informações regulares. No ponto 3 desenvolvo este ponto, expondo de que modo este diálogo poderá ser concretizado.

3. Que compromissos específicos está disposto a assumir em termos de reforço da transparência, de maior cooperação com o Parlamento e as suas comissões, e de

seguimento efectivo das posições e solicitações do Parlamento em matéria de iniciativas legislativas, tendo igualmente em conta a entrada em vigor do Tratado de Lisboa? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposto a transmitir ao Parlamento as informações e os documentos, em pé de igualdade com o Conselho?

Considero que o meu pelouro assume uma natureza marcadamente política, pelo que o apoio político do Parlamento Europeu é claramente necessário. Atribuo a maior importância a uma colaboração tão estreita quanto possível com o Parlamento Europeu e a um intercâmbio de informações rápido e atempado.

No que diz respeito aos meios para a sua concretização, gostaria de propor alguns compromissos específicos para além dos assumidos pela Comissão ao abrigo do Acordo-Quadro, e que me comprometo a respeitar na íntegra.

Em primeiro lugar, desejo organizar regularmente reuniões com os coordenadores, relatores e, de uma forma mais geral, com os membros de todos os grupos políticos na Comissão dos Assuntos Externos, bem como manter um diálogo muito estreito e permanente com o Parlamento Europeu.

Em segundo lugar, comprometo-me a manter um diálogo com o Parlamento Europeu sobre as negociações em curso, o que me permitirá estar ao corrente das vossas preocupações e dar um feedback regular.

Em terceiro lugar, os contactos informais que mantenho com alguns de vós que são membros das Comissões Parlamentares Mistas levam-me a concluir que estas constituem instrumentos que devemos explorar a fundo. Estas reuniões interparlamentares têm uma função importante a desempenhar e o papel activo do Parlamento Europeu na promoção do intercâmbio das melhores práticas e na transferência dos seus conhecimentos e experiência em matéria de políticas, legislação e governação da UE para os seus homólogos nos países parceiros é altamente positivo.

Por último, gostaria de propor igualmente que mantivéssemos paralelamente um diálogo mais formal e estruturado com esta Comissão Parlamentar. Idealmente, deveríamos apontar para a realização de debates aprofundados pelo menos de três em três meses, em que pudéssemos explorar o conjunto das iniciativas programadas e em curso. Propor-me-ia igualmente, aquando da adopção de qualquer nova iniciativa importante, como é o caso do pacote anual sobre o Alargamento, fazer uma apresentação dessa iniciativa aos membros do Parlamento Europeu.

Perguntas relativas às políticas

4. Quais são as três prioridades principais que tenciona fazer avançar enquanto

parte do domínio de competências que lhe é proposto, tendo em conta, se tal for pertinente, a crise financeira, económica e social, bem como as preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável?

A perspectiva de adesão à UE constitui um forte incentivo para as reformas políticas e económicas em todos os países candidatos. O processo de alargamento serve os interesses da União Europeia ao proporcionar uma âncora de estabilidade em regiões de importância estratégica para a UE, em especial em tempos difíceis. É vital colaborarmos com os países e os povos em causa, a fim de reduzir o impacto da crise económica e financeira e assegurar um crescimento sustentável no futuro, bem como criar sociedades estáveis, alicerçadas firmemente na democracia e no Estado de direito.

A minha principal tarefa consistirá em assegurar que quaisquer adesões futuras sejam bem preparadas e consolidem o desenvolvimento da União. Temos de continuar o processo de alargamento com base nos compromissos que assumimos e nas condições que foram estabelecidas, tal como declarado no Compromisso renovado em matéria de Alargamento.

A partir de 19 de Dezembro, os jovens e outros cidadãos de três países parceiros (Antiga República Jugoslava da Macedónia, Sérvia e Montenegro) podem viajar para a UE sem terem de obter um visto. Esta medida ajudará a familiarizá-los com os valores prevalentes na UE e facilitará os contactos com os seus homólogos na União. Os preparativos para a liberalização dos vistos poderão conduzir a um progresso decisivo em domínios como a gestão das fronteiras e a luta contra a criminalidade organizada e a corrupção.

No que se refere ao meu trabalho futuro com certos países parceiros, a Croácia deverá conseguir realizar o seu objectivo de concluir as negociações de adesão no próximo ano, desde que preencha todas as condições necessárias. Algumas das condições mais difíceis colocam-se nos domínios da reforma judiciária e dos direitos fundamentais.

Estou também empenhado em fazer avançar as negociações de adesão da Turquia, em conformidade com o quadro de negociação estabelecido. Para que as negociações progridam, é necessário que a Turquia intensifique os seus esforços para satisfazer as condições estabelecidas, nomeadamente no respeitante a uma aplicação inteiramente não discriminatória do Protocolo Adicional ao Acordo de Associação. É especialmente importante que a Turquia dê um apoio concreto às negociações, sob os auspícios da ONU, tendo em vista uma resolução equitativa, global e viável do problema de Chipre. Irei recorrer a todos os meios à disposição da Comissão para apoiar estas negociações.

Espero que os Estados-Membros possam em breve dar início a negociações de adesão com a Antiga República Jugoslava da Macedónia, em conformidade com a recomendação da Comissão. Será, no entanto, necessário prosseguir esforços a fim de resolver com a Grécia a questão da denominação do país. No que diz respeito à Islândia, apresentarei um parecer global, objectivo e rigoroso ao Colégio no início de 2010.

A minha prioridade para os candidatos potenciais dos Balcãs Ocidentais é a de continuar a promover a reforma e as relações de boa vizinhança, completar a rede dos Acordos de Estabilização e de Associação e prosseguir a via da liberalização em matéria de vistos (em colaboração com a minha Colega responsável pelos Assuntos Internos). Irei também realizar o

trabalho preparatório necessário para elaborar pareceres globais, objectivos e rigorosos sobre as candidaturas à adesão do Montenegro e da Albânia, bem como para responder a um eventual pedido futuro do Conselho em relação à adesão de outros candidatos. Estou empenhado em utilizar todos os instrumentos à disposição da UE para apoiar os progressos do Kosovo, sem prejuízo da questão relativa ao seu estatuto. Por último, dados os progressos recentemente registados relativamente ao Acordo Provisório sobre o Comércio com a Sérvia, espero que sejam cumpridas as condições prévias necessárias para que se possa dar início ao processo de ratificação do Acordo de Estabilização e de Associação já no Verão de 2010, o que marcará o início de uma nova era nas nossas relações com a Sérvia.

Embora cada país seja avaliado em função dos seus méritos próprios, não há dúvida de que é necessário ter especialmente em conta o aspecto regional do nosso trabalho, podendo a cooperação regional favorecer tanto a estabilização política como o desenvolvimento económico.

Ao abrigo do novo Tratado de Lisboa, a UE comprometeu-se especificamente a estabelecer relações especiais com os seus vizinhos.

O meu objectivo consiste em reforçar a eficácia e a visibilidade da Política Europeia de Vizinhança e intensificar os esforços para trazer estabilidade e prosperidade à zona de vizinhança, domínio em que desejo trabalhar em estreita colaboração com a Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança / Vice-Presidente da Comissão Europeia e o Serviço Europeu para a Acção Externa.

O aspecto fundamental será acompanhar as reformas nos países parceiros ainda mais de perto, com contactos mais frequentes a todos os níveis.

Iremos também intensificar as nossas relações com os países da Parceria Oriental (PO) e do Sul do Mediterrâneo, através da colaboração com cada um deles a nível bilateral, tendo em vista uma cooperação política mais estreita e uma convergência económica mais profunda com a UE. A diferenciação e o reconhecimento dos esforços desenvolvidos individualmente por cada país são essenciais para manter o empenhamento dos nossos parceiros em relação a esta estratégia e um verdadeiro sentido de apropriação colectiva.

Estou determinado a aproveitar a grande diversidade de instrumentos agora disponíveis para facilitar o desenvolvimento de parcerias mais activas com estes países. Embora a via bilateral continue a ser fundamental nas nossas actividades, a dimensão multilateral oferece novas oportunidades de apoiar as reformas e as acções comuns. Os projectos emblemáticos previstos ao abrigo da PO e da União para o Mediterrâneo devem trazer benefícios mútuos tanto para nós como para os nossos parceiros. As nossas iniciativas no âmbito da Sinergia do Mar Negro e da Dimensão Setentrional podem também aumentar a contribuição da UE para a cooperação nestas regiões.

Embora seja essencial manter uma distinção clara entre as políticas de alargamento e de vizinhança, já se tornou claro que alguns instrumentos podem apoiar simultaneamente a reforma nos países candidatos e nos países vizinhos. Devemos explorar este facto, transpondo ideias entre os dois processos.

5. Quais são as iniciativas legislativas e não legislativas específicas que tenciona apresentar, e de acordo com que calendário? Que compromissos específicos pode assumir, nomeadamente no que diz respeito às prioridades e solicitações das comissões, apresentadas em anexo, que poderão vir a ser do seu domínio de competências? De que modo garantiria, a título pessoal, a boa qualidade das propostas legislativas?

Tal como referido com algum pormenor na resposta à pergunta 3, tenciono instituir um diálogo regular com a Comissão dos Assuntos Externos (AFET), a fim de fazer o ponto da situação no que diz respeito ao processo de adesão de cada país. A apresentação do pacote anual da Comissão sobre o Alargamento, que inclui um documento de estratégia futura e relatórios sobre os progressos realizados por cada país do alargamento, constituirá uma oportunidade para estabelecer um diálogo aprofundado com o Parlamento.

No que se refere ao Alargamento, a minha principal actividade legislativa consistirá na preparação dos Tratados de Adesão. Se as negociações com a Croácia, a Islândia e outros países forem concluídas com êxito, apresentarei os Tratados de Adesão pertinentes ao Parlamento. O momento oportuno será determinado essencialmente pela realização dos progressos necessários por cada um dos países, de modo a permitir a assinatura de um Tratado de Adesão. A aprovação do Parlamento constitui um elemento essencial deste processo.

Em matéria de Política de Vizinhança, a apresentação do pacote anual, que inclui um documento de estratégia futura e os relatórios sobre os progressos realizados pelos nossos países parceiros, constituirá uma oportunidade para reforçar o diálogo da Comissão com o Parlamento. Tenho a intenção de preparar e negociar Acordos de Associação / Acordos de Comércio Livre aprofundados e globais com os países da Parceria Oriental que estejam prontos a assumir estes compromissos. Os planos de acção no âmbito da Política Europeia de Vizinhança, que constituem a nossa agenda de trabalho para cada país, serão actualizados de acordo com a evolução verificada. Se a Bielorrússia se comprometer a empreender reformas democráticas sustentáveis e irreversíveis, também deveremos melhorar as nossas relações contratuais com este país vizinho.

Nos casos em que já existe um acordo com os parceiros PEV do Mediterrâneo para aprofundar as nossas relações, a prioridade imediata será reforçar os seus planos de acção. Paralelamente, gostaria de finalizar a conclusão do Acordo de Associação com a Síria e concluir um Acordo-Quadro com a Líbia.

A nível mais geral, tenciono colaborar com os colegas da Comissão para introduzir outras medidas destinadas a promover a estabilidade e a prosperidade na vizinhança da UE, por exemplo no domínio da mobilidade das pessoas e da segurança energética.

No que diz respeito à assistência financeira aos países em situação de pré-adesão e aos países vizinhos, certificar-me-ei de que os preparativos tenham início rapidamente tendo em vista o alargamento do actual Instrumento de Assistência de Pré-Adesão (IPA) e do Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria (IEVP) nas novas Perspectivas Financeiras. Neste contexto, gostaria de aproveitar os resultados das nossas avaliações periódicas dos instrumentos para aumentar ainda mais a eficiência da nossa ajuda e a qualidade das propostas legislativas que

serão apresentadas. Em termos mais gerais, estou consciente da necessidade de assegurar que a nossa assistência seja executada de acordo com os princípios de uma gestão sólida e eficiente e aspiro a manter um diálogo regular com o Parlamento e os colegas da Comissão do Controlo Orçamental sobre esta questão.

É essencial uma assistência técnica eficaz para levar a bom termo as nossas ambições nos países abrangidos pela PEV. O IEVP deverá ajudar cada vez mais os países parceiros a desenvolverem a capacidade das respectivas economias, à medida que se preparam para fazer face às pressões concorrenciais decorrentes da integração económica crescente com a UE. Os conhecimentos especializados da UE são necessários para reforçar as capacidades de cada administração, de modo a que a vontade de adoptar os elementos pertinentes do acervo da UE se possa traduzir numa aplicação efectiva, que tenha por resultado a conformidade das normas nacionais com as normas e práticas da UE.